

# Política Nacional de Atenção à Saúde

**Populações Específicas**

**Realização**



# **Programa de Integração Comunitária**

## **ORGANIZADORAS**

Marcia Cristina Ayres Alves

Natália Salvador Banhos

Fernanda Novelli Sanfelice

Janaina Benatti de Almeida Oliveira

Karina Rumi de Moura Santoliquido

Renata Prado Bereta Vilela

## **DIAGRAMAÇÃO**

Hugo Pezatti Martin

## **ELABORAÇÃO**

Acadêmicos de Medicina da turma 17 da Faculdade Ceres (FACERES)

São José do Rio Preto - SP

## **Catálogo na Publicação (CIP)**

**P829 Política Nacional de Atenção à Saúde – Populações específicas. /organização Marcia Cristina Ayres Alves, Natália Salvador Banhos, Fernanda Novelli Sanfelice, Janaina Benati de Almeida Oliveira, Karina Rumi de Moura Santoliquido, Renata Prado Bereta Vilela. - 1ªed. São José do Rio Preto: Faceres, 2021.**

**Trabalho elaborado por Acadêmicos de Medicina da turma 17 da Faculdade Ceres (FACERES).**

**1. Política Nacional de Atenção à Saúde. 2. Política Nacional de Atenção à Saúde – populações específicas. I. Alves, M. C. A. II. Banhos, N. S. III. Sanfelice, F. N. IV. Oliveira, J. B. A. V. Santoliquido, K. R. M. VI. Vilela, R. P. B.**

**CDU: 614**

**Elaborada por Rebeca Curassa Rosa – CRB 8/9011**

# Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>4</b>
<b>Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança</b>	<b>5</b>
<b>Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher</b>	<b>6</b>
<b>Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem</b>	<b>8</b>
<b>Política Nacional de Saúde Integral da População Negra</b>	<b>9</b>
<b>Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional</b>	<b>11</b>
<b>Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas</b>	<b>13</b>
<b>Referência Bibliográfica</b>	<b>15</b>

# Apresentação

O Programa de Integração Comunitária (PIC), eixo do curso de Medicina da FACERES, prioriza a inserção precoce do acadêmico na Atenção Primária à Saúde valorizando as Políticas Nacionais de Atenção à Saúde. Assim, pensando na relevância do tema, propôs-se a elaboração dessa cartilha informativa.

A cartilha tem o objetivo de divulgar à comunidade a importância das Políticas Nacionais de Atenção à Saúde para Populações Específicas, como saúde da criança, da mulher, do homem, da população negra, das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional e da população indígena.

Professoras do Programa de Integração Comunitária

# Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança



As políticas públicas de saúde da criança, por definição, são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos nacional, estadual ou municipal que visam melhorar as condições de saúde das crianças e adolescentes de todas as escolaridades, independente de sexo, cor, religião ou classe social.

Com o objetivo de promover e proteger a saúde da criança e o aleitamento materno, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC). A política abrange os cuidados com a criança da gestação aos 9 anos de idade, com especial atenção à primeira infância e às populações de maior vulnerabilidade, visando à redução da morbimortalidade e um ambiente facilitador à vida com condições dignas de existência e pleno desenvolvimento.

A política se estrutura em 7 (sete) eixos estratégicos, com a finalidade de orientar e qualificar as ações e serviços de saúde da criança no território nacional, considerando os determinantes sociais e condicionantes para garantir o direito à vida e à saúde, visando à efetivação de medidas que permitam o nascimento e o pleno desenvolvimento na infância, de forma saudável e harmoniosa, bem como a redução das vulnerabilidades e riscos para o adoecimento e outros agravos, a prevenção das doenças crônicas na vida adulta e da morte prematura de crianças.



# Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher traduz os princípios do SUS, respeitando a diversidade dos municípios brasileiros, nas especificidades epidemiológicas e nos diferentes níveis de organização dos sistemas locais de saúde. O programa propõe a ser uma referência conceitual e técnica e não uma diretriz uniforme, a ser aplicada sem análise crítica e sem adaptação à realidade local. A Política traz, o princípio da integralidade da atenção como um dos requisitos para atender às necessidades de saúde, humanizada e hierarquizada. A Política de Saúde da Mulher abrange uma ampla gama de necessidades das mulheres, como questões reprodutivas, e fala das desigualdades sociais como determinantes no processo de produção das patologias, queixas e mal-estares das mulheres.

A PNAISM incorpora, a integralidade e a promoção da saúde e busca consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais, visando melhoria da atenção obstétrica, no planejamento reprodutivo, na atenção ao abortamento inseguro e aos casos de violência doméstica e sexual. Além disso, amplia as ações para grupos historicamente das políticas públicas, nas suas especificidades e necessidades.



A PNAISM visa o respeito às diretrizes do SUS e se baseou nas seguintes questões para a sua elaboração:

- Conceituar as ações de saúde da mulher como política e não mais como programa, por entender que, o termo política é mais abrangente que o termo programa, para ressaltar a resposta governamental a determinados problemas de saúde de certos grupos específicos, neste caso as mulheres;
- Introduzir e viabilizar novas “necessidades” de saúde das mulheres, até então ausentes das políticas públicas;
- Introduzir ações para segmentos da população feminina, todavia sem visibilidade social;
- Definir fontes de recursos e responsabilidades nos diversos níveis do sistema, de acordo com as diretrizes do SUS e os instrumentos de gestão adotados pelo Ministério da Saúde;
- Introduzir nas políticas a transversalidade de gênero, o recorte racial-étnico e as especificidades das mulheres que fazem sexo com mulheres.



# Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem são ações de promoção da saúde que contribuem para a compreensão da realidade masculina nos seus diversos contextos socioculturais e político-econômicos, possibilitando o aumento da expectativa de vida e a redução dos índices de mortalidade em situações que podem ser evitadas e são passíveis de prevenção pela população.

Dessa forma, é possível garantir o respeito aos diferentes níveis de desenvolvimento e organização dos sistemas locais de saúde e seus tipos de gestão.

A PNAISH surgiu com o objetivo de facilitar e ampliar o acesso com qualidade da população masculina aos serviços e ações de assistência integral à saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). A sua implantação contribuirá para a redução da morbidade, da mortalidade e vai melhorar as condições de saúde desta parcela da população.

A PNAISH é fundamentada em cinco eixos principais englobando o acesso e acolhimento, a paternidade e cuidado, as doenças prevalentes na população masculina, a prevenção de violência e acidentes e a saúde sexual e reprodutiva, visando melhorar a saúde e a qualidade de vida do homem.



# Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

Acompanhando o desenvolvimento do Brasil, nos últimos anos, houve um aumento do crescimento de pessoas que se declararam negras (pretas ou pardas), onde hoje constituem mais da metade da população brasileira. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) é um dever do Ministério da Saúde que inclui tanto o combate às desigualdades no Sistema Único de Saúde (SUS) quanto a promoção da saúde da população negra de forma geral. A partir da publicação dessa Política, o Ministério da Saúde reconhece e assume a necessidade da instituição de mecanismos da PNSIPN e do enfrentamento a discriminação de cor – racismo – no SUS, considerando as diferentes realidades.

Essa política existe para superar as desigualdades da população negra, as quais enfrentam no seu dia a dia, para que aconteça a prevenção, tratamento e incentivo à saúde. Assim, contribuindo para a melhoria das condições de saúde desses indivíduos e para redução das injustiças raciais. Dessa forma, os profissionais devem ficar atentos para diminuir as taxas de mortalidade materna e infantil, bem como evitar a existência de doenças crônicas (contínuas) e infecciosas, que possuem maiores índices nesse grupo, e a violência. Dentre as doenças que mais acometem a população negra estão: anemia falciforme; diabetes mellitus (tipo 2); hipertensão arterial; deficiência de glicose-6-fosfato-desidrogenase.

Logo, há um trabalho conjunto entre as esferas do governo para garantir o acesso da população negra à saúde, de maneira humana, o que contribuirá para a melhoria da realidade dessa população, diminuindo desigualdade de raça/cor; gênero; identidade de gênero; orientação sexual; geracionais e de classe.



## Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional

As políticas de saúde visam ao atendimento da demanda de saúde das pessoas privadas de liberdade. São necessárias uma vez que essa demanda diverge daquela requisitada pela população geral.

A PNAISP — Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional — nasceu da avaliação dos dez anos de aplicação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP); esse plano teve como objetivo aproximar a população penitenciária ao SUS, buscando garantir que o direito à cidadania se efetivasse em uma perspectiva dos direitos humanos.

Para garantir a equidade e universalidade no acesso ao SUS, uma vez que essas populações específicas possuem demandas e necessidades em saúde que diferem da população geral.

Quando se constatou o esgotamento deste modelo e a necessidade urgente de promover a inclusão efetivas Pessoas Privadas de Liberdade ao SUS, cumprindo os princípios de universalidade e de equidade.

Essa política contempla promover o acesso das pessoas privadas de liberdade à Rede de Atenção à Saúde, visando ao cuidado integral; garantir a autonomia dos profissionais de saúde para a realização do cuidado integral das pessoas privadas de liberdade; qualificar e humanizar a atenção à saúde no sistema prisional por meio de ações conjuntas das áreas da saúde e da justiça; promover as relações intersetoriais com as políticas de direitos humanos, afirmativas e sociais básicas, bem como com as da Justiça Criminal; além de fomentar e fortalecer a participação e o controle social.



Campanha de vacinação<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>. imagem ilustrativa retirada do site [br.freepik.com](http://br.freepik.com)

# Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas

A política de saúde das populações indígenas é uma extensão e adaptação do Sistema Único de Saúde (SUS) às comunidades indígenas. Ela se insere, portanto, nas Políticas Públicas de Saúde, isto é, documentos que englobam um conjunto de programas, ações, objetivos, decisões e metas que garantem o direito à Saúde.

Assim, a política de saúde das populações indígenas corrobora com um dos princípios do SUS, levar saúde a todos dentro do território brasileiro (Leis Orgânicas), bem como orientar para melhores condições de saúde.

O objetivo dessa política é garantir o acesso integral à saúde aos indígenas de acordo com as diretrizes do SUS.

A Política de Saúde das Populações Indígenas contempla:

- União da medicina tradicional indígena à Medicina Moderna.
- Respeito à cultura indígena: entender o ambiente como parte integrante da medicina indígena.
- Capacitação de agentes comunitários de saúde indígena (ACSI): elo entre o SUS e a comunidade indígena.
- Mobilização das comunidades indígenas para adquirir conhecimento e controle sobre doenças, além da prevenção, promoção, tratamento e reabilitação.



## Cartilha baseada nas seguintes fontes:

Brasil. Ministério da Saúde. Monitoramento e acompanhamento da política nacional de atenção integral à saúde da mulher PNAISM e do plano nacional de políticas para as mulheres PNPM – Brasília 2015. Pág 12-14. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-deconteudos/publicacoes/publicacoes/2015/pnaism\\_pnpm-versaoweb.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-deconteudos/publicacoes/publicacoes/2015/pnaism_pnpm-versaoweb.pdf) 2.

Política nacional de atenção integral a saúde do homem [recurso eletrônico]/ Elza Berger Salema Coelho... [et al] — Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Unidade 2, pág 32-43. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2018/novembro/07/livroPol--ticas-2018.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança : orientações para implementação / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018. Pág 27-37. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wpcontent/uploads/2018/07/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Aten%C3%A7%C3%A3o-Integral-%C3%A0-Sa%C3%BAde-da-Crian%C3%A7a-PNAISC-Vers%C3%A3o-Eletr%C3%B4nica.pdf>.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política para o SUS/Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. – 3. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2017. Pág 7-11. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacao\\_negra\\_3d.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf)

Brasil. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. – 2a edição – Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. 40 p. Título: Saúde dos Povos Indígenas. Pág: 5-14. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_saude\\_indigena.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação de Saúde no Sistema Prisional. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Coordenação de Saúde no Sistema Prisional – 1. Ed – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 60 p. Pág 11-13. Disponível em: <http://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Cartilha-PNAISP.pdf>